

Entrevista

Entrevista com Fábio Tadeu de Melo Pessoa¹

Carmen Alicia Rondón Fuentes
Francivaldo Alves Nunes

Resumo

Nesta entrevista, o professor Fábio Tadeu de Melo Pessoa, da Universidade Federal do Pará, retoma sua trajetória de pesquisa no campo da História Agrária para abordar uma série de temas fundamentais relacionados ao movimento camponês no estado do Pará, Brasil. Com base em seus conhecimentos acadêmicos, ele reflete sobre o processo de luta pela terra e pelos direitos sociais ao longo do século XX, assim como sobre a importância da educação popular na formação da consciência política no meio rural. Analisa também o papel desempenhado pelo Estado brasileiro — em particular por meio do INCRA e da legislação agrária — e aprofunda a estreita relação entre o movimento camponês e a Igreja Católica. Outros temas relevantes também são explorados ao longo do diálogo, situando os conflitos pela terra dentro desse contexto amazônico.

Palavras-chave: História agrária; Movimento camponês; INCRA; Igreja Católica.

Interview with Fábio Tadeu de Melo Pessoa

Abstract

In this interview, Professor Fábio Tadeu de Melo Pessoa, from the Federal University of Pará, reflects on his research trajectory in the field of Agrarian History to address a series of key issues related to the peasant movement in the state of Pará, Brazil. Drawing

¹ Atividade vinculada ao projeto “Amazônia como fronteira: Floresta, domínios e conflitos (séculos XIX e XX)” financiado pelo CNPq, assim como do Programa Move La América da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

on his academic experience, he reflects on the struggle for land and social rights throughout the 20th century, as well as the significance of popular education in shaping rural political consciousness. He also examines the role played by the Brazilian state—particularly through INCRA and agrarian legislation—and delves into the close relationship between the peasant movement and the Catholic Church. Other relevant topics are also explored throughout the conversation, framing land disputes within this broader Amazonian context.

Keywords: Agrarian history ; Peasant movement ; INCRA ; Catholic Church.

Texto integral

Fábio Tadeu de Melo Pessôa é licenciado em História pela Universidade Federal do Pará (2002), com especialização em Estudos Culturais da Amazônia (2006), além de mestrado (2013) e doutorado (2019) em História Social da Amazônia pela mesma instituição. Atualmente, atua como professor adjunto na Faculdade de História do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) da Universidade Federal do Pará, no Campus do Tocantins/Cametá (FACHTO). Sua trajetória acadêmica e de pesquisa tem se concentrado no campo da História Agrária. Entre suas principais publicações, destacam-se: *“Ao cristão é proibido ter medo”: a trajetória da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Sul e Sudeste do Pará durante a Ditadura Militar 1975-1985* (Ananindeua: Editora Cabana, 2022) e *Entre “grileiros” e “gatunos”: a Guerra de Perdidos e a privatização das terras no sul do Pará* (História Unisinos, 2022). Além disso, desenvolve pesquisas nas áreas de ensino, conflitos agrários, movimentos sociais, educação e meio ambiente, bem como em história política, com ênfase em eleições, partidos e cultura política.

1- Alicia Fuentes: Poderia se apresentar e nos contar um pouco sobre o movimento camponês?

Fábio Pessôa: Bom, sou professor da Universidade Federal do Pará, historiador e estudo, basicamente, história agrária na Amazônia Brasileira. Bom, é variado, depende de um determinado momento histórico. No Brasil, o campesinato foi disputado, por

assim dizer, por três concepções diferentes de movimento social. Um, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que foi fundado em 1922 e que começou a organizar sindicatos dos trabalhadores rurais desde a década de 1940, mais ou menos. Já existia nos anos 1930, do século XX, o Bloco Operário Camponês. Mas a organização propriamente dita desse movimento, a partir do PCB, vai ser nos anos 1950. E era, basicamente, a pauta principal era a reforma agrária. Ou seja, a distribuição de terra, na concepção de que existe uma terra de negócio e uma terra de trabalho. Ou seja, existe a propriedade pensada enquanto mecanismo de captação de dinheiro, de mercantilização da terra, e uma outra concepção que serve para a vida, serve para trabalhar, serve para a sobrevivência das pessoas. E aí, nessa disputa, o PCB organizou várias ocupações de terra nos anos 1950. Além do PCB, você tem as Ligas Camponesas, que surgem nos anos 1950–1960, surgem no Nordeste, e que tinham, além da reforma agrária, a questão da legislação trabalhista.

Ou seja, os trabalhadores urbanos receberam vários direitos trabalhistas, como: férias, décimo terceiro salário, jornada específica de trabalho. Desde os anos 1930 no século XX. Mas esses direitos não foram estendidos ao campesinato. Então, uma das reivindicações também das Ligas Camponesas é que esses direitos trabalhistas fossem estendidos aos trabalhadores do campo. E a terceira e principal, especialmente após a ditadura militar no Brasil, que começa em 1964 e vai até 1985, foi a Teologia da Libertação. Ou seja, depois do Concílio Vaticano II, que é uma reorientação da Igreja Católica entre os anos 1962 e 1965, que vai dar muito poder aos leigos.

2- Quais são os eventos ou momentos históricos que se destacam para o movimento camponês em seu processo de luta pela terra e pelos direitos sociais?

FP: Bom, eu acho que o primeiro grande momento é o início da luta pela reforma agrária, que são as ligas camponesas nos anos 60 e os sindicatos também. Com as chamadas reformas de base, a reforma agrária estava na ordem do dia. Durante a

ditadura, a luta pela terra e pela própria democracia gerou muitos assassinatos. Esse processo de assassinato continuou nos anos 80. Quando volta a democracia, volta o debate em torno da reforma agrária. Os latifundiários organizaram a União Democrática Ruralista (UDR). Então, é um momento de muita violência. O terceiro momento eu destacaria a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que dá o novo contorno tático e estratégico para a luta camponesa. Ela muda o seu sentido. Eles ocupam prédios, eles ocupam a terra de maneira organizada. Passam a pressionar o estado. Com a luta, ele foi acelerado pelo movimento. O estado demora muito para fazer a desapropriação da área. E o MST força o estado a agir mais rápido. E, atualmente, eu digo que é um movimento que pensa a dimensão ecológica, agroecológica. Ou seja, pensa além da terra em si, o que fazer com ela? Que sentido nós vamos dar para essa produção? Nós vamos reproduzir as mesmas práticas de exploração territorial do latifúndio? Ou nós vamos criar um outro sistema agrícola com outro significado?

Então, eles MST são os maiores produtores da América Latina de arroz orgânico. Eles produzem vários alimentos, estão com uma estratégia de, em cada capital, criar os armazéns do campo. Ou seja, locais de venda dos produtos que eles produzem nos assentamentos. Então, essa nova fase é uma articulação do campo com a cidade numa dimensão de produção agroecológica.

3- Poderia nos falar sobre os grupos sociais que compõem o movimento camponês no estado do Pará e seu contexto?

FP: É uma pergunta boa. No sul do Pará, você tem o processo de ocupação da Amazônia, antes, que é principalmente para a extração do látex, da borracha, da seringa. No século XIX, era muito importante o início da indústria automobilística. Na Segunda Guerra, porque você cria uma borracha sintética no sudeste asiático, mas o Japão dominou a área, os Estados Unidos e a Europa estavam sem o recurso. Então se criou o movimento chamado “dos Soldados da Borracha”, nordestinos que vieram para a Amazônia para trabalhar naquele contexto, para receber determinado salário, só que o

projeto acabou, a guerra acabou. Para onde eu vou? Vou voltar? Não, vou ocupar as terras de ninguém, as terras que não têm propriedade titulada. Então, tem esse primeiro movimento, os trabalhadores do nordeste e os trabalhadores locais, e, do outro lado, temos as comunidades tradicionais que já existiam: indígenas, ribeirinhos e quilombolas.

Essas comunidades ribeirinhas estão há muitos e muitos anos, é um pouco do resultado da miscigenação dos portugueses, negros e indígenas, que ocupam as regiões das margens dos rios, porque o rio é o lugar de sociabilidade, é o lugar de comunicação. Os indígenas são populações nativas. Os africanos trazidos para a Amazônia a partir do Maranhão e quilombolas porque vêm dos quilombos, que é o termo utilizado pelos portugueses, pelos colonizadores, para dizer terra de negro que fugiu. Ou seja, são antigas comunidades formadas na resistência à escravidão. Então, essas seriam as populações tradicionais, essa tripla dimensão. Você tem os nordestinos, vindos para trabalhar na borracha, que se juntam aos tradicionais. E você tem, depois da ditadura, a “Serra Pelada”, ou seja, o trabalho no garimpo, trabalho no garimpo de ouro no sul do Pará. Esse projeto de extração mineral do ouro também acabou. Para onde eu vou? O que eu vou fazer? Eu vou ocupar uma terra.

Então, a base social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é muito vinculada a esses ex-garimpeiros, muitos aparentemente não têm uma tradição camponesa, mas têm. Seus pais, seus avós, eles são do campo, só que eles foram em busca do “el dourado”, em busca do sonho de enriquecer, pegando ouro. Uns poucos conseguiram, milhares e milhares não. E você tem um exército de reserva de trabalhadores sem-terra. Para onde nós vamos? E aí você tem, no caso do MST, que é o mais recente, o MST surge no final dos anos 70, mas no sul do Brasil. No Pará, começa em 1990. O que tinha antes do MST? Os sindicatos de trabalhadores rurais. E vai ganhar repercussão no Pará em 1996, exatamente em Eldorado dos Carajás, no Massacre, que é uma área próxima à mineração. Não é coincidência. São os trabalhadores despejados dos seus sonhos, das suas posses, que não vêem outra possibilidade de viver, senão se organizar para lutar. Então, essas são as origens... Essas são as origens sociais do movimento camponês.

4- Qual é o papel das mulheres e dos jovens na organização dos camponeses?

FP: Existe um movimento de mulheres camponesas, mas, como eu te falei, é um pouco diferente em cada movimento. Por exemplo, nos sindicatos de trabalhadoras rurais, existem líderes mulheres, mas geralmente são mulheres de líderes. Algumas são as viúvas daqueles que foram assassinados e ocupam o lugar dos maridos. Algumas mulheres são eleitas elas próprias, mas não é muito comum nos sindicatos de trabalhadoras rurais. É muito comum no movimento de pesca, em parte porque são os homens que participam diretamente da pesca, e as mulheres cuidam da organização do movimento. Então, as mulheres no movimento de pesca são muito mais fortes. No MST, elas são muito poderosas. O machismo no MST não é muito tolerado. Elas são bem intolerantes com a intolerância do machismo. Então, elas são muito líderes, elas ocupam muito espaço no movimento. São elas, no Pará, uma líder ou uma mulher, que é a liderança maior. É muito perceptível a liderança das mulheres no movimento de trabalhadoras rurais nessa terra. Não muito no sindicato, então, até isso é uma dimensão de diferença. Então, qual foi a primeira forma de inserção social da mulher? Qual foi? A educação. Ou seja, é uma ideia de que a mulher é mãe e o processo educativo é como cuidar dos filhos. É um papel social único que coube durante um determinado momento para as mulheres.

Porque o lugar da mulher é o lugar da vida privada. O lugar social é o lugar do homem. Então, ela pode ocupar o lugar social desde que ela seja a reprodução do seu próprio significado, que é mãe. Essa ideia de cuidar das crianças, essa ideia de educação. Muitas mulheres, mais do que os homens, nas famílias, elas eram educadas. Então, em famílias camponesas, qual é o lugar do homem que vai ser educado? Ele tem que ir para a igreja. Então, ele é um camponês, mas geralmente o último filho, ele ia estudar para ser padre. Ou mesmo que ele não fosse padre, ele tinha uma educação formal feita pela igreja através das escolas e de outros instrumentos. Mas, principalmente, eram as mulheres que tinham essa oportunidade. Então, por essa razão, nesse processo de

formação política, a leitura do texto era feita por mulheres. Porque elas eram as únicas que tinham letramento.

E existe uma juventude, mas é uma juventude que nem toda ela continua no movimento, porque alguns vão para a cidade. Alguns assentamentos viraram bairros de cidades, porque, por exemplo, a estratégia do MST ocupa uma terra na beira da estrada. É uma boa estratégia de defesa e é uma estratégia de comunicação, de produção. As primeiras ocupações eram muito distantes da estrada. Então, isso dificultava, por exemplo, a própria organização deles. No sindicato dos trabalhadores rurais, a espacialidade do movimento é cada um no seu lote, cada casa no seu lote.

5- Você poderia falar um pouco sobre os princípios que norteiam o treinamento dos agricultores?

FP: Bom, o primeiro valor é uma ideia de que a terra pertence a quem nela trabalha. Qual é a ideia de propriedade? Tradicionalmente, isso não só no Brasil, mas também em outros lugares, como na Inglaterra, o Thompson tem um trabalho chamado “Senhores e Caçadores” eu acho que é uma obra-prima, que mostra que existia uma ideia de propriedade comunal. Ou seja, você não tem um papel que defina, um documento que defina que aquela é sua propriedade. Existe um auto-reconhecimento de que aquela terra é sua, porque você trabalha nela, o seu pai trabalhou nela, o seu avô trabalhou nela, então nenhum papel vai determinar que eu saia ou permaneça naquela propriedade. Então, existe esse conceito, essa ideia de a propriedade pertencer a uma relação de trabalho. Eu trabalho nessa terra, eu produzo nessa terra, que é chamada terra de ninguém. Essa é a primeira ideia.

Os conflitos agrários vão acontecer muito quando há um processo de titularização das propriedades. Ou seja, o cartório, os juízes, os policiais formam uma espécie de consórcio que vão expulsar boa parte dos camponeses porque eles não têm o título de propriedade. Especialmente na Amazônia... Eles vão trabalhar com a ideia de que a Amazônia é um espaço vazio. Ou seja, é muita terra para pouca gente. Então, vamos ocupar, até por uma questão de segurança, essa terra e vamos facilitar a aquisição

da terra por grandes empresas. Então, criação de grandes latifúndios extensivos agropecuários, projetos agropecuários, dando isenção fiscal para a empresa. Para os camponeses foram criados projetos de colonização que alguns não deram certo.

E tem também uma dimensão ecológica. Qual é a ideia que os governos militares, e depois se segue essa lógica, têm de terra produtiva? Terra produtiva é terra devastada, é terra sem árvore, é pasto. Há um processo de desmatamento para justificar a aquisição da propriedade. E a mentalidade camponesa trabalha com a ideia de que você sobrevive daquela terra, então você tem que ter uma determinada faixa de terra com a floresta em pé. Que é uma noção da agroecologia. Que é uma noção hoje muito presente, por exemplo, dos movimentos sociais camponeses da atualidade: O Movimento dos Sem Terra (MST), o Sindicato de Trabalhadores Rurais. Então, tem uma ideia de propriedade, ocupar, produzir, resistir. E tem uma ideia também ecológica. Não adianta a gente destruir a natureza, porque destruir a natureza é se autodestruir. Eu acho que essa dupla dimensão ecológica é uma determinada ideia de propriedade que está mediando o comportamento dos movimentos. Esse é um dilema. É um dilema dos movimentos sociais antigos e modernos no Brasil.

6- Como a educação popular se articula com as lutas pela terra e pelos direitos sociais dessas comunidades camponesas? Existe um modelo pedagógico ensinado nos movimentos camponeses do Pará para promover a consciência de classe entre eles?

FP: Não existia um modelo pedagógico único, mas, por exemplo, o movimento de educação de base que atuou muito fortemente entre os camponeses, porque eram populações que não tinham letramento algum. As aulas eram transmitidas via rádio para uma localidade que, às vezes, não tinha nem energia elétrica, então, era na lamparina. Mas a metodologia, o modelo pedagógico, era através de um autor chamado Paulo Freire, que tem vários livros, mas o mais importante para essa pedagogia chama “Pedagogia do Oprimido”. Ou seja, é uma pedagogia que busca letrar a pessoa a partir da sua própria realidade. Então, se você é camponês, eu utilizo para te educar palavras

do teu universo de trabalho, do teu universo de moradia, do teu universo de convivência social. Tem uma cartilha, por exemplo, chamada “Viver é Lutar”, Pedro luta, eu e Pedro lutamos, nós lutamos, nós vivemos para lutar, lutar é viver.

Então, a ideia que está colocada nessa cartilha, que foi proibida durante a ditadura, que a palavra lutar era interpretada como subversão, não é lutar pelo trabalho, é interpretada como um termo subversivo. Então, essa metodologia era mais adequada para o universo do campesinato, mas existiam também metodologias que trabalhavam com imagens, muitas imagens, por exemplo: a ideia do tubarão comendo o peixe, o tubarão representando o latifúndio ou o rico, e o peixe o campestino. E a outra imagem era a reunião de muitos peixes que colocavam o tubarão para ir embora. A imagem subjacente aí é “nós juntos somos mais fortes”. Então, além do rádio, além das cartilhas, muito uso de imagens, que é uma tradição da igreja, mas também os outros movimentos que usavam essa metodologia pedagógica. Tanto é que, se hoje há um curso de educação do campo no Brasil, é graças a essa compreensão do MST de que a educação é um elemento fundamental e ela tem que ser específica para as populações do campo, com métodos específicos diferenciados para aquelas populações tradicionais. Essa região aqui tem muitos quilombos. Então você tem que ter uma metodologia que lide com essa história e com a especificidade daquelas populações, como as populações indígenas. Como é que você vai letrar populações que têm línguas que quase desapareceram? você tem que ter uma metodologia que recupere aquela língua, que transforme aquela língua em alfabeto.

Então, quando o MST ocupa aquela propriedade, eles já sabem que tem algum problema ali. Eles ocupam com lonas, com habitações improvisadas, mas a primeira coisa, além das habitações que eles fazem, é uma escola. A escola de formação educacional formal, de letramento, mas uma escola de formação política. Ou seja, a escola é o símbolo da própria ocupação e o símbolo da existência, do significado de existência do próprio movimento. A educação tem um valor fundamental.

7- Qual é o papel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no reconhecimento e apoio às comunidades camponesas? Ou como o INCRA interveio nos conflitos de terra aqui?

FP: O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foi criado exatamente no ano de 1970. Foi uma estratégia da ditadura para a ocupação de determinadas áreas e você retirar de áreas em conflito e deslocar populações dessas áreas para a Amazônia, principalmente para a Amazônia. E foi criado para a ocupação da área junto com a chamada Transamazônica. É uma rodovia imensa que vai do Nordeste e atravessa o estado do Pará, o estado do Amazonas. Então, a ideia era colonizar, trazer colonos do Rio Grande do Sul, que era uma área que tinha muito conflito agrário, especialmente depois da mecanização da produção agrícola, que houve um processo de expulsão dos camponeses. Trazer a população do Rio Grande do Sul e do Nordeste e assentar famílias ao longo da Transamazônica.

Então, essa era a ideia, um pouco. E controlar o movimento. Quem eram os responsáveis pelo INCRA na ditadura? Eram pessoas ligadas ao Serviço Nacional de Informações. Era um órgão de espionagem da ditadura. Então, a ideia do INCRA era fazer esse processo de colonização. O plano não deu certo, porque não fez reforma agrária e a colonização foi bastante precária. E, depois do INCRA, foi criado na região do Sul e Sudeste do Pará o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT) em 1980, que era também uma maneira de controlar esse movimento social que está surgindo no final da ditadura, já nos anos 80. Aí você pega os garimpeiros, você pega os trabalhadores rurais. Então, esses órgãos eram órgãos governamentais que estariam responsáveis pela reforma agrária, que nunca aconteceu de fato, ou na dimensão que se esperava. Depois da ditadura, é o INCRA que passou a fazer o processo de desapropriação das terras ocupadas. Então, é o INCRA que tem um recurso para pagar as indenizações dos fazendeiros das áreas que foram ocupadas. Também é responsável, junto com os órgãos estaduais, pela titulação das propriedades. Especialmente as áreas que são do território federal. E os órgãos estaduais de terra cuidam das terras que

pertencem ao Estado, da titulação dessas terras. Surge da ditadura e, depois da ditadura, ele atua basicamente para fazer esse processo de regularização das terras. E de indenização. Bom, quanto esse instituto, o INCRA está no apoio às comunidades campesinas? Depende muito de quem está à frente do instituto. Depende muito da conjuntura política. Um governo mais progressista, vamos dizer assim, não vamos nem dizer de esquerda, vamos dizer um governo mais progressista, coloca diretores do INCRA que têm algum tipo de ligação com determinados movimentos. E aí você cria alguns projetos, uma proximidade. Governos mais conservadores dificultam a vida dos movimentos. Você coloca alguém lá que não tem nem ligação, nem interesse. Como é um instituto governamental, em qualquer lugar do mundo, depende muito de quem está à frente daquele órgão e das limitações legais também. A legislação não facilita. O INCRA é um instrumento de mediação política, limitado pela legislação e pelas suas próprias limitações governamentais. Então, a atuação, a celeridade ou a amorosidade do órgão depende do próprio movimento e não do órgão.

8- Você conhece o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária)? Qual tem sido o impacto do PRONERA nas comunidades rurais do Pará?

FP: Sim, o PRONERA, eu, inclusive, participei. Ele surge a partir de um movimento dos trabalhadores que ocuparam o Brasil durante uma semana reivindicando um programa educacional para a reforma agrária, após o Massacre de Eldorado. Ou seja, o MST compreendeu que o fortalecimento do seu movimento só poderia ocorrer se tivesse uma intervenção de projetos educacionais. Ou seja, que a presença do Estado estivesse onde eles ocupassem a terra. Então, ele surge com uma metodologia específica para as populações campesinas.

Ele atendia somente os alunos de assentamentos. Ele começa com a educação básica e depois ele vai criando cursos universitários através de convênios entre o INCRA, que é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e universidades.

E criou muita polêmica jurídica. Por quê? Algumas universidades, como a Universidade de Campinas, criaram uma turma de medicina dentro de um assentamento rural. E só podia entrar nessa turma quem fosse assentado. E aí um aluno, uma pessoa de Campinas, da cidade, disse: isso aí é ilegal, porque eu também tenho direito à educação, ela é universal e eu não posso, por ser da cidade, ser impedido de ir para essa turma. E o curso ficou parado por dois anos, até que a justiça definiu que sim, pode ser feito, porque é uma população específica, é uma população excluída, e a universidade tem autonomia para construir projetos educacionais onde ela bem entender. Então, por exemplo, é graças a esse movimento histórico de luta que o PRONERA, que esse programa, construiu, financiou projetos educacionais de educação básica e depois de educação superior. Por exemplo, cursos de agronomia para assentamentos rurais, cursos de direito para assentamentos rurais.

Então, você forma advogados que vão atuar no apoio aos próprios movimentos. É uma estratégia muito inteligente e criou novas gerações de assentados, tem meninos e meninas, que foram criados no assentamento, nasceram no assentamento. E lá eles tiveram todo o processo, o percurso educacional deles. Existe em Marabá, em São Domingos do Araguaia, no sul do Pará, um instituto federal de ensino dentro do assentamento. Muitos outros exemplos que existem dessa natureza. Então, é um programa fruto da ação do movimento. Ele não foi uma dádiva, nem foi uma iniciativa do Estado, ele parte do próprio movimento. Eu acho fantástico. E essa avaliação externa de que participei, a gente fez pesquisa quantitativa e qualitativa com os alunos, para perceber deles como eles avaliam o programa. Então, o INCRA contratou uma empresa chamada “Ação Educativa”, na qual trabalhei como pesquisador auxiliar na época, e a gente foi para os assentamentos, visitamos todo o Estado do Pará. É uma pesquisa nacional, eu fiquei responsável pelo Estado do Pará. Foi muito importante porque, se eu sou uma liderança camponesa, eu alio a minha liderança com uma formação básica. Alguns foram para a universidade, são professores da universidade. Outros viraram técnicos agrícolas e atuam dentro do assentamento com projetos agroextrativistas, então, o impacto foi muito positivo, porque ele ajudou no fortalecimento do

movimento. Era um movimento que ocupou uma área completamente desprotegidos, com risco sério de serem assassinados. E, de repente, aquela área foi regularizada, existe um projeto educativo, existe uma escola dentro do assentamento, e a universidade, às vezes, vai lá formar cursos para os assentados. Imagina! “Nós conseguimos, nós ganhamos. Isso é fruto da nossa luta”. Então, o impacto é tanto pessoal como simbólico.

9- Vamos falar sobre a influência da violência, tanto institucional quanto de atores privados, nessa história de resistência?

FP: Sim, a violência é uma permanência na luta pela terra. Acontecem cotidianamente, seja a violência simbólica ou a violência física. Ocupar uma terra é correr risco de vida. Houve vários massacres, 19 pessoas mortas, 10 pessoas mortas, pela ação do Estado e, às vezes, de milícias privadas, ou seja, grupos paramilitares que atuam em favor dos latifundiários. Mas há violência de várias formas. Tenho duas camisas da MST e, andando na rua com a camisa, alguém já chegou, me chamou de bandido, só por usar a camisa do MST. Existe uma campanha difamatória. A gente não está num momento muito fácil. Então, tem a violência do Estado, a violência de particulares. Sem falar na violência da ausência de políticas públicas. A violência no sentido de você precisar se organizar, lutar para ter seus direitos e a sua dignidade respeitadas. Aqui é difícil.

10- Qual foi, historicamente, o papel do Estado em relação ao movimento camponês no Pará?

FP: O Estado está entre a ausência e a violência. E quando há, por exemplo, a reforma agrária, de fato, ainda não aconteceu no Brasil. Porque existe uma concepção muito forte da Igreja, que é a função social da terra e a ideia de propriedade, propriedade como algo sagrado. Então, nessa dupla dimensão, existe a dificuldade da reforma agrária, porque não tem, de fato, uma política de reforma agrária, porque ela passa pela necessidade de recurso, através de indenização. E existiam propostas antes, por exemplo, as terras, as fazendas que utilizam até hoje trabalhos análogos à escravidão,

tão parecidos com a escravidão, são trabalhadores que vivem em péssimas condições, que não recebem direitos trabalhistas e tal. Essas terras não são desapropriadas para a reforma agrária.

Então, a pessoa paga uma multa e continua com a terra, como se nada tivesse acontecido. Então, a ação do Estado só existe, no caso da reforma agrária, quando os movimentos sociais pressionam o Estado. O tema da reforma agrária, há muito tempo, deixou de ser um tema de relevância política e social. Hoje, você assiste aos jornais, assiste ao debate na Câmara, não existe nenhuma comissão para discutir a reforma agrária, não existe nenhum projeto diferente que não seja esse indenizatório de reforma agrária.

Que legislação brasileira respalda a luta pela terra e a reforma agrária? Pois é, a ausência de legislação. A legislação é aquela que trabalha com o princípio de direito da propriedade. Então, se você ocupa uma terra que é titulada, você é um invasor. Não é? E a outra dimensão é, a terra já foi ocupada, não tem como tirar aquele povo de lá, não seja pela força, então vamos indenizar o proprietário. Então, é essa a lógica. O Estado paga uma indenização, faz uma avaliação do terreno, o proprietário pode questionar esse valor, pode querer um valor maior, e aí é assim que se dá o processo de titularização daquela área ocupada, através de indenização. Então, a legislação é muito ruim, no sentido que ela privilegia até nisso o proprietário, ela nunca privilegia o sem-terra, o camponês. Portanto, não houve realmente uma mudança ou evolução na legislação, ela ainda é praticamente a mesma da década de 80.

11- Poderia nos falar sobre a importância da Igreja Católica na organização e no apoio aos movimentos camponeses no Estado do Pará?

FP: Estou falando especificamente do meu estudo de caso. Mas essa região aqui, a região do sul e sudeste do Pará, mas na Amazônia e no Nordeste brasileiro também, surge muito das comunidades eclesiais de base. Então, imagina uma pequena localidade no interior, sem energia, em que o Estado não existe. O que existe são leigos, alguns

letrados, que uma vez por semana se reúnem em torno de uma roda, e a pessoa que é letrada, geralmente uma professora ou um professor, mas geralmente uma professora, geralmente uma mulher, lê uma passagem da Bíblia, geralmente dos Êxodos, que é a representação da fuga, do cativeiro do Egito, de Moisés, representando a fuga do cativeiro do latifúndio. A fuga do cativeiro. Então, a necessidade de resistir. E cada pessoa naquela roda fala o que entendeu daquela passagem da Bíblia. Então, nesse processo pedagógico, naquele processo vão sendo formados líderes que sabem se expressar, que têm a confiança da comunidade, e esses líderes vão disputar como delegados sindicais, ou seja, vão disputar o sindicato, que até a ditadura estava controlado pela repressão. Cada comunidade forma uma determinada liderança, essas lideranças formam um bloco intermediário entre a comunidade e o sindicato. São dessas comunidades que surgem essas lideranças. E a formação é bíblica, ela é muito religiosa, mas ela é também de legislação trabalhista, de direitos sociais, a necessidade de luta por direitos. Ela é também uma concepção de história, de onde viemos e para onde nós vamos.

A Teologia da libertação, depois do Concílio Vaticano II, que é uma reorientação da Igreja Católica entre os anos 1962 e 1965, que vai dar muito poder aos leigos. Ou seja, aqueles que não são formados como religiosos, mas que tiveram a oportunidade de organizar várias comunidades de base, que a gente chama no Brasil Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Essas comunidades vão se organizar, através de práticas de interpretação da Bíblia, a partir do direito da terra, que a terra é um bem divino, é um bem de Deus, portanto, não pode ser tratada como mercadoria. É um direito inalienável do homem. Então, dentre outras questões, as Comunidades Eclesiais de Base, foram dali que surgiram a maioria das lideranças camponesas no Brasil, em todas as suas regiões, mas especialmente nas regiões norte e nordeste. Existiam CEBs urbanas, mas as principais eram CEBs rurais. Além das CEBs, a Igreja também contribuiu através do movimento de educação de base, que eram experiências educativas de formação de pessoas, especialmente os camponeses, através de aulas transmitidas via rádio, que é uma experiência que vem da Colômbia, e que no Brasil começa nos anos 1940, mas se intensifica nos anos 1960. Muito forte no nordeste e foi muito forte também na região

norte, tanto que a ditadura militar fechou várias rádios com o pretexto de que eram meios de comunicação comunistas, subversivos e tal. Por último, a Comissão Pastoral da Terra, que foi criada em 1975 e que foi muito importante para a contratação de advogados para defender posseiros para a organização de sindicatos. Os sindicatos rurais no Brasil durante a ditadura aumentaram muito, porque os trabalhadores, como diria o teórico José de Souza Martins: “na ditadura, os trabalhadores poderiam sindicalizar-se, mas não poderiam politizar-se”. E a Comissão Pastoral da Terra produzia panfletos, jornais, cartilhas sobre direitos trabalhistas, cartilhas sobre como organizar o sindicato. Então, ela foi muito importante também na defesa e na organização dos trabalhadores do campo, além dos próprios trabalhadores do campo, ou camponeses, como queira.

Todos os anos celebramos o Grito da Terra, tem o Grito dos Excluídos, acontece no dia 7 de setembro, que é o dia da independência política do Brasil. 7 de setembro. Que, desde a ditadura, na verdade, antes até da ditadura, ela é representada por um desfile militar. Então, essa festa cívica, na verdade, não é uma festa popular, é um desfile das Forças Armadas, com a presença do presidente. Esse é o 7 de setembro. E a Igreja organiza desde os anos 80 o Grito dos Excluídos. Nesse mesmo dia, ela convoca os indígenas, as comunidades tradicionais, os camponeses, os movimentos sociais, para dizer que a independência ainda não aconteceu. Estão aqui as nossas demandas. Que independência é essa? É uma maneira de colocar a independência numa outra dimensão. Então, ela ainda atua fortemente. A extrema-direita brasileira, que cresceu muito nos últimos anos, também tem feito manifestações no dia 7 de setembro, pautando temas conservadores. Então, essa é uma dimensão que ainda existe.

Os autores

Carmen Alicia Rondón Fuentes

Universidad Industrial de Santander, Bolsista Move La América, vinculado a CAPES, Brasil.

Francivaldo Alves Nunes

Universidade Federal do Pará – UFPA